



GT 67. Povos indígenas e abordagens transversais: etnologia, história e arqueologia

Coordenador(es):

Vicente Cretton Pereira (UFV - Universidade Federal de Viçosa)

Spensy Kmitta Pimentel (UFSB)

Sessão 1

Debatedor/a: Rafael Fernandes Mendes Júnior (BN)

Sessão 2

Debatedor/a: Fabíola Andréa Silva (USP - Universidade de São Paulo)

O objetivo deste GT é reunir pesquisadores cujos trabalhos explorem a transversalidade entre a antropologia, história e arqueologia relacionada aos povos ameríndios, a fim de iniciar uma discussão sobre novos paradigmas analíticos possíveis em função dos avanços registrados na pesquisa nas duas últimas décadas. Por exemplo, as relações entre os diversos povos indígenas amazônicos e seus padrões da borracha no século XIX, ou entre os grupos guarani e as missões jesuíticas e franciscanas entre os séculos XVI e XIX apontam para a relevância da história para o debate sobre as transformações pelas quais passaram esses e outros grupos ameríndios. A crítica etnográfica de fontes históricas tem trazido à tona dados preciosos acerca de muitos contextos americanos, permitindo reconstruir, ainda que parcialmente, determinadas realidades sociais – bem como repensar as realidades presentes vividas por esses indígenas. Além da antropologia e da história, trabalhos recentes em arqueologia têm contribuído decisivamente para uma maior compreensão de tais realidades, seja desvelando o caráter antropogênico da floresta amazônica por exemplo, ou ainda desenvolvendo uma perspectiva antineolítica para esta região, diferenciando as trajetórias dos povos ameríndios e as dos povos do velho mundo, permitindo vislumbrar traços do que seria uma História Antiga da América.

?Essa terra para nós significa tudo?: território, poder tutelar e agências entre os Tenetehar-Tembé na fronteira Pará-Maranhão

Autoria: Benedito Emílio da Silva Ribeiro (Museu Paraense Emílio Goeldi)

Este work visa debater sobre o processo de construção do território Tenetehar-Tembé ao longo do século XX, sobretudo a partir da criação de uma reserva situada entre os rios Guamá e Gurupi (futuramente denominada Terra Indígena Alto Rio Guamá), cujas terras foram doadas, em idos de 1945, pelo então Interventor Federal no Estado do Pará, o coronel Magalhães Barata. Entendo que a finalidade desta reserva era de agrupar e acomodar esta população indígena em um único espaço comum, haja vista que até aquele momento os Tenetehar-Tembé estavam dispersos pelo nordeste paraense, habitando a cabeceira dos principais rios da região. Observo que a dinâmica territorial dos Tembé, um povo da família linguística tupi, se construiu nesta espacialidade por séculos antes e durante o processo de dominação colonial europeia. Assim, opto por uma análise de longa duração para dimensionar como as relações sociopolíticas e as dinâmicas territoriais foram sendo erigidas naquele locus entre os vários sujeitos, indígenas e não indígenas. De forma mais central, parto para o século XX e observo os intentos do Estado-nação, via Serviço de Proteção aos Índios, em efetivar políticas de colonização naquela área de fronteira interna - "sertão", "vazio demográfico" -, reduzindo as terras ocupadas pelos indígenas e liberando os espaços necessários para a ampliação das frentes de expansão agropastoris, bem como viabilizar o processo de transformação do indígena em trabalhador



agrícola. Em contrapartida, percebo que os Tenetehar-Tembé se apropriaram e reinventaram os discursos e as práticas que lhes foram impostos, submetendo-os às suas próprias lógicas de vivência grupal e suscitando um processo de r-existência de seu cotidiano. A partir dessas vivências, orientadas pela cosmologia e que se conectam com contextos atuais na Terra Indígena Alto Rio Guamá, observo a emergência de outras territorialidades entre os Tembé, que extrapolam as diretrizes racionalizadas e disciplinares do Estado direcionadas ao seu território étnico e *modus vivendi*. Desta forma, esta pesquisa proporciona compreender esses processos de territorialização-territorialidade entre os povos indígenas, observando os desdobramentos que as imposições territoriais do Estado-nação, com a criação de "reserva" indígenas com fronteiras marcadas e arbitrárias, geram nas vivências desses povos em tais espaço outros, em suas memórias sobre aquele tempo e seu papel perante os processos históricos, passados e presentes.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: